

PROJECTO "REFORÇO DAS CAPACIDADES DAS COMUNIDADES RURAIS AO EFEITO DAS MUDANÇAS CLIMÁTICAS EM SÃO TOMÉ E PRÍNCIPE NOS DISTRITOS DE CAUÉ, ME-ZOCHI, REGIÃO AUTÓNOMA DO PRÍNCIPE, LEMBÁ, CANTAGALO E LOBATA (CMPLCL)"

TERMOS DE REFERÊNCIA

SOLICITAÇÃO DE PROPOSTAS VISANDO A IMPLEMENTAÇÃO DE UM SISTEMA DE MICROFINANCIAMENTO/ MICROCRÉDITO NAS COMUNIDADES RURAIS SELECIONADAS NO ÂMBITO DO PROJECTO.

MAIO DE 2016

TERMOS DE REFERÊNCIA – CONTRATAÇÃO DE UMA INSTITUIÇÃO – PROJETO 00091898

<p>OBJECTIVOS DA CONTRATAÇÃO:</p>	<p>O objetivo principal deste concurso público é obter propostas para a implementação nas comunidades rurais selecionadas pelo projeto, de um sistema de microfinanciamento/ Microcrédito, credível sustentavam e rentável. O Projeto colocará a disposição, um fundo que deverá ser gerido através de um mecanismo de financiamento em benefício das comunidades selecionadas pelo projeto.</p> <p>Os Pescadores, as Palaiês e os Agricultores serão orientados à acederem ao financiamento disponível de acordo com suas atividades económicas, garantindo assim o retorno do fundo para permitir que os outros possam ser beneficiados.</p> <p>Assim sendo os concorrentes devem :</p> <ul style="list-style-type: none"> (i) Apresentar vários modelos de créditos em Matérias de Trabalhos, e ou em Dinheiro, mais adaptado por cada comunidade selecionada pelo Projeto. (ii) Propor as Modalidades de Gestão e implementação dos mesmos modelos nas atribuições aos Pescadores, Palaiês e Agricultores das comunidades selecionada pelo Projeto.
<p>ANTECEDENTES: (BREVE HISTÓRICO JUSTIFICANDO A CONTRATAÇÃO)</p>	<p>São Tomé e Príncipe (STP) é um dos mais pequenos países de África, e é particularmente vulnerável aos riscos relacionados com o clima, tais como inundações nas zonas costeiras/na foz dos rios e tempestades. Para além deste facto, STP tem assistido a uma variabilidade significativa do padrão climático normal, verificando-se diminuições de chuvas a rondar 1,7 mm/ano no período de 1951 a 2010.</p> <p>Nos últimos anos têm ocorrido mudanças consideráveis nos micros climas do país o que tem alterado o ciclo de</p>

produção e a receita dos agentes que atuam no mercado agropecuário e pesqueiro.

Já se tornou cultural a falta de controlo do ciclo produtivo no país, os agentes que atuam no mercado agropecuário e pesqueiro do país ainda não conseguem lidar com a sazonalidade do clima e da produção por falta de técnicas e meios. Outra questão é que em grande parte das parcelas também não vêm sendo otimizadas em termos de capacidade do que se pode produzir. Esses problemas têm vindo a acontecer devido ao pouco incentivo e reduzido número de assistência técnicas e financeiras em diferentes áreas para os produtores e pescadores

No que toca ao sector agrícola desde a independência, em 1975, que a economia tornou-se progressivamente dependente de cacau, porém a produção do cacau diminui em parte devido a fatores climáticos (secas) e da flutuação dos preços nos mercados internacionais, factos que tornaram irregulares os rendimentos provenientes da produção do cacau e, conseqüentemente, levou os agricultores a se posicionarem como os mais pobres da população de São Tomé e Príncipe. Por essas razões, os agricultores de São Tomé e Príncipe têm tido margens de lucro muito baixas. Este facto é explicado pelos níveis baixos de produtividade da agricultura, armazenamento ineficiente bem como os transportes e sistemas de comercialização dos produtos agrícolas. Além disso, os agricultores têm dificuldade de acesso ao crédito devido a falta de descentralização das instituições financeiras. Conseqüentemente, os agricultores de São Tomé e Príncipe têm dificuldade de obtenção de recursos financeiros necessários para o desenvolvimento de práticas agrícolas eficientes e economicamente viáveis.

É neste contexto que o projeto, **Reforço das capacidades das comunidades rurais para a adaptação aos efeitos das mudanças climáticas em São Tomé e Príncipe, nos distritos de Caué, Me-Zochi, Região Autónoma do Príncipe, Lembá, Cantagalo e Lobata (CMPLCL)**”, ajudará as comunidades mais vulneráveis do País a enfrentarem os principais problemas relacionados com as alterações climáticas, as suas consequências bem como a baixa capacidade de reação e adaptação a estes fenómenos com a criação de produtos de micro-crédito.

Os produtos de micro-credito serão “desenhados” e oferecidos aos beneficiários no sentido de aumentar a resistência dos meios de vida atuais, seja com a obtenção de sementes resistentes e raças de animais, assim como a melhoria nas capacidades e técnicas piscatórias.

Serão testados regimes de pagamento flexíveis, anuais ou sazonais, tendo em conta a variabilidade climática sazonal ou inter-anual, bem como a sazonalidade das atividades geradoras de rendimentos alternativos. A mesma será implementada acautelando o risco de reembolso global e a disciplina financeira de todas as partes envolvidas.

Assim sendo, o projeto pretende implementar um modelo de financiamento através de um sistema de microfinanciamento / Microcrédito nas comunidades rurais mais vulneráveis **visando aumentar a capacidade de resistência dos meios de vida destas comunidades, proporcionar atividades geradoras de rendimentos alternativos assim como os apoio aos planos de adaptação.**

Neste sentido, as instituições de Microcréditos e ONGs

	<p>vocacionadas, são chamadas a apresentar modelos de produtos de microcrédito as no sentido de se adotar uma abordagem financeira direcionada para implementar planos de adaptação nas comunidades mais vulneráveis</p>
<p>DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE</p>	<p>A atividade será de apoiar os beneficiários na obtenção de crédito e gestão de seus negócios, dando suporte adequado para o reforço das capacidades.</p> <p>Neste sentido a ONG terá que:</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. Avaliar o estado atual dos Pescadores, Palaiês e Agricultores das comunidades acima mencionada, ao fim de conhecer as reais necessidades de cada comunidade em obtenção de um crédito e as possíveis garantias. 2. Propor um produto de crédito, mais adaptado à cada comunidade. 3. Estabelecer um circuito onde salienta a rotatividade e sustentabilidade de cada produto de crédito. 4. Propor uma estratégia, e critérios para seleção dos beneficiários, 5. Estabelecer um quadro normativo, e uma estratégia de recuperação do fundo para cada produto e comunidade e beneficiário em caso de não cumprimento dos reembolsos. 6. Identificar potenciais agentes económicos beneficiários futuros do microcrédito tanto para os produtos agrícola, assim como os produtos pesqueiros, 7. Facilitar o estabelecimento de uma estratégia de mercado e /ou mecanismos de exportação para o potencial de produção. 8. Realizar formação e assistência técnica as comunidades locais sobretudo os potenciais beneficiários para adquirir habilidade de

	<p>ferramentas tais como a criação e gestão de pequenos negócios para o desenvolvimento, avaliação e execução de planos de investimentos para adaptação.</p>
<p>RESULTADOS ESPERADOS</p>	<ol style="list-style-type: none"> 1. Apresentar o estado atual das necessidades dos Pescadores, Palaiês e Agricultores das comunidades acima mencionada, em matérias de obtenção de crédito. 2. Apresentar o produto de crédito mais adaptado à cada comunidade. 3. Apresentar o plano de circuito onde salienta a rotatividade e sustentabilidade de cada produto de crédito. 4. Apresentar a estratégia, e critérios para seleção dos beneficiários, 5. Relatório contendo subsídios às instruções normativas, e uma estratégia de recuperação do fundo para cada produto e comunidade e beneficiário em caso de não cumprimento dos reembolsos. 6. Gerir fundo posto a disposição da ONG, no período estabelecido e ser capaz de recupera-lo para fecho das atividades 7. Apresentar o inventário de agentes que poderão tornar os potenciais clientes dos futuros beneficiários do produto de crédito tanto ara os produtos agrícola, assim como os produtos pesqueiros
<p>RESPONSABILIDADE</p>	<p>A entidade selecionada terá a responsabilidade de:</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. Apresentar um modelo do crédito assim como o seu enquadramento e as modalidades de Gestão. 2. Apresentar o Plano e o cronograma de trabalho;

	<ol style="list-style-type: none"> 3. Contactar e visitar as Comunidades e as instituições ligadas as comunidades (Autarquias, Delegações e Direções e Outras ONGs); 4. Contactar e visitar os Pescadores, Palaiês e Agricultores; 5. Reagrupar todas as informações e apresenta-las de uma forma clara e compreensível. 6. Apresentar uma proposta do projeto espelhando as previsões das despesas corrente necessária para cada distrito e comunidades seleccionadas.
<p style="text-align: center;">QUALIFICAÇÕES</p>	<p>A Instituição deve ter o seguinte perfil:</p> <ul style="list-style-type: none"> ✓ Experiência comprovada na área de crédito, poupança e gestão de liquidez com grupos identificados no quadro deste projeto ✓ Uma estrutura organizacional definida, bem estabelecida e oficialmente legalizada no País; ✓ 3 à 5 anos de experiência comprovada nos domínios acima citados e estar familiarizado com as questões de crédito aos Pescadores, Palaiês e Agricultores, ✓ Experiência em análise e colheita de dados qualitativos e quantitativos nas comunidades rurais ✓ Capacidade de trabalhar em autonomia, e rigor no cumprimento das ações predefinidas. ✓ Autonomia financeiramente e em Recursos Humanos.
<p style="text-align: center;">SUBMISSAO DAS PROPOSTAS</p>	<p>As Candidaturas deverão ser entregue na Direção de Agricultura, em dois envelopes fechados devidamente identificados sendo um a proposta técnica e o outro a</p>

proposta financeira, o mais tardar até o dia 03 de Junho de 2016 as 14 horas, com a menção:

- Apresentação de propostas (Técnica / Financeira) para atribuição de crédito aos pescadores, mulheres peixeiras (paiaiês) e agricultores nas comunidades vulneráveis do distrito de Cauê, Me-Zochi, Região Autónoma do Príncipe, Lembá, Cantagalo e Lobata (CMPLCL)”,

A proposta técnica deverá conter informações detalhadas de como a Instituição pretende tecnicamente gerir o fundo e assegurar o seu retorno.

